Notícias do dia 22 de fevereiro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 8 | Número de veículos: 6

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Emenda jabuti flexibiliza teto de gastos de Poderes e orgãos . . . 3

RÁDIO CBN GOIÂNIA 97.1 FM - GOIÂNIA - GO - CBN GOIÂNIA
TCE - GO
Plural com Cileide Alves: aprovação da Emenda jabuti . . . 5

RÁDIO CBN GOIÂNIA 97.1 FM - GOIÂNIA - GO - CBN GOIÂNIA
TCE - GO
Proposta que prevê prestação de contas unificada dos poderes e órgãos foi aprovada na Alego . . . 7

CURTA MAIS - GO - NOTICIAS
TCE - GO
TCE Goiás divulga edital de concurso com 52 vagas e salários de até R$ 12 mil . . . 8

ENTRELINHAS GOIÁS - GOIÂNIA - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Emenda jabuti flexibiliza teto de gastos em Goiás . . . 9

ENTRELINHAS GOIÁS - GOIÂNIA - GO - GOIÁS
TCE - GO
TCE vai fiscalizar contratos da Goinfra e vacinação da SES . . . 10

CBN GOIÂNIA ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Proposta que prevê prestação de contas unificada dos poderes e órgãos é aprovada por deputados . . . 12

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS - NOTÍCIAS
TCE - GO
Goiânia sediará 1º Fórum de Compras Públicas . . . 13

Emenda jabuti flexibiliza teto de gastos de Poderes e orgãos

Líder do governo Talles Barreto e deputados na sessão desta quarta (21): PEC aprovada beneficia a própria **Alego** (Sergio Rocha)

Os 27 deputados estaduais presentes na sessão ordinária da Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) nesta quarta-feira (21) aprovaram, por unanimidade, a emenda jabuti que altera a Constituição Estadual e flexibiliza o teto de gastos para Poderes e órgãos autônomos no estado. A mudança estabelece nova forma de apuração pelo **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) sobre o exercício fiscal de cada administração independente e facilita o cumprimento de regra imposta pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

A emenda jabuti demorou menos de 24 horas entre a apresentação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), pelo novo líder do governo, Talles Barreto (UB), e a aprovação em segunda e última votação em plenário. Com a alteração, a fiscalização do **TCE**-GO sobre o teto de gastos deixará de ocorrer individualmente sobre as contas de cada um dos entes e passará, até o fim do primeiro bimestre de cada ano, a avaliar apenas o resultado global, com a soma de todos os órgãos.

Como antecipado pelo Giro, a mudança beneficia, principalmente, o Tribunal de Justiça (TJGO), o Ministério Público (MPGO), a Defensoria Pública e a própria **Alego**, que estourariam o teto definido pela Lei Complementar 159, que estabelece as regras do RRF. Com a inclusão de todas as contas, principalmente as do Executivo, o resultado global passa a ser positivo e, de acordo com a nova redação, os órgãos só passariam por fiscalização direta em caso de resultado geral negativo.

O texto anterior definia que o **TCE**-GO deve apurar "o cumprimento da limitação da despesa primária do exercício fiscal do ano anterior, por Poder e órgão autônomo". A emenda na PEC aprovada estabelece apenas avaliação sobre "o cumprimento do limite global". Em outro trecho adicionado à Constituição, fica estabelecido que "a responsabilidade de cada Poder ou órgão autônomo será apurada apenas em caso de descumprimento do limite global".

A mudança é tratada em emenda jabuti, já que prevê assunto totalmente desafeto à PEC original, apresentada pelo deputado Coronel Adailton (SD) ainda em 2020, sobre limitação de progressões e promoções em carreiras estaduais. A alteração do líder do governo rejeitou todo o conteúdo inicial da proposta, que passou a ser substituído pela flexibilização do teto de gastos.

"Primeiramente, essa PEC foi feita por várias mãos e até comandada pela Secretaria da Economia, na reunião que nós fizemos", apontou Barreto. O assunto já era analisado pela pasta liderada pela secretária Selene Peres e foi fechado em reunião, realizada na sala da presidência da **Alego**, com o governador Ronaldo Caiado (UB) e representantes dos Poderes e órgãos autônomos na última quinta-feira (15), após a sessão de abertura dos trabalhos no ano.

"É uma forma de corrigir a mudança que houve da Lei 156 para a 159 em que estourava o teto dos órgãos em comparação com 2022. Então, o que está sendo buscado aqui é corrigir um erro, porque a lei não pode ser retroativa. Se você tinha um gasto a ser feito que estava dentro do orçamento, mas, de repente, o orçamento diminuiu. Então é uma correção importante para todos os órgãos e nós vamos agora adequar dentro de 2024", aponta o líder do governo.

Questionado sobre a flexibilização da regra, Barreto confirmou: "Sem dúvida nenhuma facilita porque está fazendo o teto global, mas é importante que, caso estoure o teto global, o órgão que estourar vai ter que ser auditado. Então, não estamos tirando qualquer tipo de auditoria que possa ter em um órgão que possa amanhã furar o teto".

Adequação

Em nota enviada ao POPULAR, o presidente do TJ-GO, desembargador Carlos França, apontou que a mudança na forma de apuração do teto de gastos efetiva adequação à regra avaliada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

"Em relação aos termos da Emenda Constitucional regularmente aprovada e promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** no exercício regular sua atuação, o Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** entende que se trata de uma adequação necessária para que a normativa estadual esteja em consonância com o teor da Lei Complementar nº 159/2017", disse.

O texto enviado ainda afirma que "não houve extrapolação" do teto de gastos no Tribunal em 2023, em relação ao total de despesa primária realizada em 2022, somada à inflação. O Ministério Público também rejeita a possibilidade de rompimento do teto. "A realização das despesas do MPGO em 2023 se deu nos termos da legislação vigente e da decisão STF na ADI 6930, ficando dentro do limite do RRF", apontou o órgão, por meio de nota da assessoria.

A Secretaria de Economia não atendeu, até o fechamento desta reportagem, às solicitações de posicionamento sobre a mudança na forma de apuração do teto de gastos em **Goiás**.

A alteração para atender os Poderes e órgãos vem na esteira de outras mudanças efetivadas no fim de 2023, que eximiram o Executivo de responsabilização direta pelo rompimento de teto mais rígido, previsto pela Lei Complementar 156, que deixou de ter validade em dezembro. Em duas matérias aprovadas pela **Alego**, o governo retirou a regra da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023 e também da Constituição Estadual.

Site: https://opopular.com.br/digital/22-fevereiro-2024/1o-caderno

Plural com Cileide Alves: aprovação da Emenda jabuti

TAGS: **TCE**-GO, EMENDA JABUTI, **ALEGO**, GOVERNO DE **GOIÁS**, DEBATE, STF, DETERMINAÇÃO, INCONSTITUCIONALIDADE, CONGRESSO NACIONAL, APROVAÇÃO, TETO DE GASTOS, TJGO, MPGO, DPE-GO, SECRETARIA DE TESOURO NACIONAL +++ Transcrição +++ Plural com Silei de Alves. Oi Silei de bom dia. Bom dia Luiz Geraldo, bom dia Dani, bom dia a todos que nos ouvem. Bom dia Silei de. Silei de agora a pouco Fernanda Santos trouxe pra gente aprovado em definitivo ontem pelos deputados estaduais a emenda de Abuti que altera a constituição estadual e flexibiliza o teto de gastos para poderes e órgãos autônomos no estado. A mudança estabelece nova forma de apuração pelo **Tribunal de Contas do Estado** sobre exercício fiscal de cada administração independente e facilita o cumprimento da regra imposta pelo regime de recuperação fiscal. Um assunto tão importante mais uma vez dessa forma né, entra em discussão mínimo de debate através dessa chamada emenda de Abuti até para explicar para o ouvinte a emenda que estava sendo discutida a PEC estava sendo discutida era de um outro assunto completamente diferente a esse que a Silei de vai comentar agora né Silei de. E eu estava me lembrando você você falando disso eu me lembrei que existe uma decisão do STF Luís de 2015 que determinou ser inconstitucional todas as emendas de Abuti. Então isso foi uma regra que passou a valer a partir dessa decisão lá de 2015 do STF que foi um julgamento de uma decisão que tinha sido aprovada no Congresso Nacional e dessa forma uma medida que foi incluída de emenda de Abuti e aí o Tribunal julgou e considerou que a partir daquele momento o Congresso Nacional não poderia mais aprovar emendas de Abutis. Depois houve uma decisão também aqui em **Goiás**. Eu me lembro que no governo ainda de Marconi Perilo o então líder do governo que o que o Iarú deputado Chiquinho Oliveira hoje assessor de Bruno Peixoto lá na Assembleia Legislativa ele incluiu uma emenda num projeto de outro assunto lá na Assembleia criando 800 cargos comissionados no Estado. Essa decisão caiu também do Tribunal de Justiça entre outros motivos porque era uma emenda de Abuti. Então curioso Luís eu queria começar por aí que ainda agora depois dessas decisões depois desses fatos todos o Assembleia Legislativa continuem a aprovar emendas de Abutis e emendas de assuntos tão importantes como esse. Vou lembrar que recente teve aquela emenda de Abutis que do controle externo da Assembleia Legislativa foi aprovada por meio de uma emenda de Abutis também. Então o atual governo e atual Assembleia não estão nem aí com essa coisa de emendas de Abutis com essas decisões lá de trás. Voltando aí ao assunto como você já disse só relembrando aqui a reportagem da da da Fernanda Santo. Santos a Assembleia aprovou por unanimidade todos os deputados presentes na Assembleia votaram essa emenda que altera a constituição e flexibiliza o teto de gastos para os poderes e órgãos autônomos. A mudança estabelece que a forma de apuração pelo **Tribunal de Contas do Estado** sobre o exercício fiscal ela vai ser unificada. Então o Tribunal não vai apurar assim o que fez a Assembleia o que fez o Tribunal de Contas o que fez o Tribunal de Justiça o que fez o Ministério Público vai apurar o conjunto. Se no conjunto o teto de gastos tivesse sido obedecido ok mesmo que individualmente um ou outro órgão tenha estapolado o teto de gastos isso não vai ser considerado pelo Tribunal de Contas essa decisão. Eu ouvi deputados que me disseram que a mudança foi feita a pedido da Secretaria de Economia a própria Secretaria articulou via governador com a Assembleia Legislativa essa mudança. Por essa versão Dani e Luiz a legislação de **Goiás** estaria entrando em consonância com a legislação do STN da Secretaria de Tesouro Nacional que também seria desta forma. Então essa seria uma causa uma outra possibilidade que já é de outras fontes é de que com essa mudança proibindo então a avaliação por por órgão e avaliando o conjunto você diminui o poder do que o próprio **Tribunal de Contas do Estado** vai ter de sobre esses órgãos independentes. Vamos lembrar que o governo Assembleia e o **TCE** estão saindo de um desintendimento que está sendo mediado lá pelo STF pela lei aprovada pela Assembleia para reduzir poderes do tripa ter o controle do Tribunal de Contas. Essa é uma questão também que pontua aí as preocupações de quem está acompanhando esse processo todo e por fim uma outra motivação que é exatamente a questão da prestação de contas junto a Secretaria do Tesouro Nacional. Mudando a lei aqui em **Goiás** o deputado me diz que estaria tendendo a uma uma recome... igualando, sincronizando a legislação aqui com a Secretaria do Tesouro Nacional. Agora, a pergunta que fica é isso mesmo, né? A mudança na lei estadual aqui tende a ser aceita lá na STL porque **Goiás** já assinou o Regime de Recuperação Fiscal. Por fim, há uma outra questão que eu ouvi de algumas fontes, é de que há uma preocupação muito grande ainda no governo de **Goiás**

com a posição do ministro Gilmar Mendes em relação àquela ação direta de inconstitucionalidade que o governo de **Goiás** apresentou lá no STF e que pretendia autorização para descomprir o teto de gasto. O governo já fez uma renegociação com a própria Secretaria do Tesouro Nacional por não ter cumprido a lei 1,5,6, o teto de gasto da lei 1,5,6, ele renegociou, essa parte está resolvida, mas o ministro Gilmar Mendes ainda tem essa ação em mãos e parte da suspensão da dívida de **Goiás** ocorre por conta de uma liminar do ministro. Então, se o ministro mudar de opinião, de posição, **Goiás** teria que pagar essa dívida que está suspensa por meio de liminar. Então, Luiz, é um assunto complexo, né? Pouca gente conhece todas as peças desse tabuleiro aí, mas é um assunto que está envolvendo desde questões de fato mais dos órgãos, como essa de dificuldade de cumprir o teto até questão maior que é a própria posição de **Goiás** em relação à suspensão de dívidas. Com relação aos órgãos, o que eu ouvi é que Ministério Público e Tribunal de Justiça são as instituições que mais correm risco de não conseguir individualmente cumprir o teto. Vamos lembrar que o tanto Tribunal de Justiça quanto Ministério Público criou muitos cargos nos últimos dois anos, o Ministério Público criou mais de 400 cargos no ano passado, 168, em 2022, o Tribunal de Justiça criou cargos de desembargador, aumentou de 42 para 78 número de desembargadores, com isso aumenta também os cargos de acessoramento, cargos em comissão, e aí as duas instituições estavam trabalhando muito no limite da lei do teto de gastos. A gente que acompanha reuniões do Conselho de Supervisão do Regime de Reparação Fiscal, as atas estão disponíveis lá nessa cantaria do Tesouro Nacional, a gente vê quase toda a reunião do Conselho é um pedido do ou do Tribunal de Justiça, ou do Ministério Público de ressalvas para ampliar gastos com o pessoal. Então esse também é um problema. O fato é que o governo, e aí me parece que foi uma ação conjunta, porque aquela famosa parceria, poderes de mãos dadas, todos juntos aí, participaram dessa pé que já buti, que fez essa mudança na prestação de contas que beneficia todos os poderes. Luiz, Dan. Tá ótimo, se leite, um abraço para você, um excelente dia e até a tarde. Grande abraço a todos e até a tarde.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2024/02/22/RDIOCBNGOINIA971FMGOINIAGO-10.05.57-10.16.22-1708610354.mp3

Proposta que prevê prestação de contas unificada dos poderes e órgãos foi aprovada na Alego

TAGS: PROPOSTA, NOVA REGRA, TETO DE GASTOS, GOVERNO DE **GOIÁS**, **ALEGO**, PRAZO, **TCE**-GO, TJGO, MPGO, DPE-GO +++ Transcrição +++ Vamos mudar de assunto porque a proposta de emenda à Constituição prevê a prestação de contas unificada dos poderes e órgãos foi aprovada em definitivo na Assembleia Legislativa em sessão plenária de ontem. Para o autor da medida, o líder do governo Tales Barreto, a nova regra vai flexibilizar o cumprimento do teto de gastos do Estado, Fernanda Santos. Foi aprovada em segunda votação na Assembleia Legislativa a proposta de emenda à Constituição Estadual, que prevê a prestação de contas unificada dos poderes e órgãos autônomos. O projeto ainda aumenta o prazo em dois meses para que o **Tribunal de Contas do Estado** apure cumprimento do teto e também prevê que a responsabilidade de cada poder ou órgão seja apurado apenas em descumprimento de limite global. A proposta, elaborada durante reunião na semana passada com o governador Ronaldo Caado, chefes dos poderes e Secretaria de Economia e apresentada pelo líder do governo Tales Barreto do Nião Brasil na Assembleia, modifica regra em que o **Tribunal de Contas do Estado** deve apurar a adequação ao teto de gastos por poder ou órgão autônomo de forma individual. A nova regra beneficia especialmente os poderes e órgãos, já que o Tribunal de Justiça de **Goiás**, Ministério Público de **Goiás**, Defensoria Pública e Assembleia Legislativa descumpriram em 2023 o teto de gastos. No entanto, se avaliado de forma global pelo **TCE**, como é feito pela Secretaria do Tesouro Nacional, as contas do Estado não ultrapassam o teto. Para Tales Barreto, a medida irá flexibilizar o cumprimento do limite de gastos. Facilita porque está fazendo ele global, mas é importante que caso o Estado global estore, o órgão que estourava vai ter ser auditado. Então é importante falar que não estamos tirando nenhum tipo de auditoria que possa acontecer em um órgão que possa amanhã fazer furatelo. A proposta com a Val Definitivo dos Parlamentares é a proposta que autoriza a concessão de aporte aos beneficiários de programas habitacionais realizados em parceria com o governo federal, por meio de bancos como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, facilitando a aquisição de moradias no Estado. O projeto pode aliviar o custo financeiro de famílias em vulnerabilidade social, ao mesmo tempo em que diminui o déficit habitacional. Já em primeira votação, os deputados aprovaram a criação da D"Acre. A delegacia estadual de atendimento à vítima de crimes raciais e delitos de intolerância. Hoje, o Estado conta com o de Acre, o grupo especializado nesses assuntos, que já conta com a estrutura física e pessoal. Desde a criação do grupo, em 2021, foram instaurados mais de 800 inquéritos. Fernanda Santos, CBN **Goiânia**.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2024/02/22/RDIOCBNGOINIA971FMGOINIAGO-09.38.22-09.41.02-1708606805.mp3

TCE Goiás divulga edital de concurso com 52 vagas e salários de até R$ 12 mil

Foto: divulgação

O **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) divulgou edital de um concurso público para o preenchimento de 52 vagas, com salário inicial de R$ 12 mil.

As inscrições vão começar a partir das 16h da próxima segunda-feira (26) e encerram às 16h do dia 8 de abril. Os candidatos devem se inscrever pelo site da Fundação Getúlio Vargas (FGV), banca selecionada para a organização do concurso.

As vagas são para analista de controle externo, distribuídas em cinco especialidades diferentes: ciências contábeis, controle externo, engenharia, jurídica e tecnologia da informação (veja abaixo). A carga horária será de seis horas diárias.

Vagas a partir de cada especialidade:

Controle externo (22 vagas): exige diploma de conclusão de qualquer curso de nível superior. Dessas vagas, duas são para pessoas com deficiência (PcD); Jurídica (10 vagas): candidatos deverão ter graduação em direto. Dessas vagas, duas são para pessoas com deficiência (PcD); Ciências Contábeis (8 vagas): exclusiva para graduados em Ciências Contábeis; Engenharia (8 vagas): destinadas a graduados nessa área e registro no conselho de engenharia Tecnologia da Informação (4 vagas): para aqueles que têm diploma em qualquer curso de nível superior.

A taxa de inscrição estabelecida é de R$ 195,00 e as provas, objetiva e discursiva, serão realizadas no dia 16 de junho de 2024. Poderá ser beneficiado com a isenção de pagamento o candidato que, estiver inscrito no Cadastro Único e for membro de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou a que possua renda familiar mensal de até dois salários mínimos).

Por meio do edital, os canditados podem conferir mais detalhes sobre os cargos disponíveis, inscrições, isenções, conteúdo programático de cada especialidade, número de questões das provas, cálculos classificatórios, classificação e recursos.

Em caso de dúvidas, também é possível entrar em contato com a área de Concursos da FGV por meio do e-mail: concursotcego24@fgv.br

*g1 **Goiás**

Site: https://curtamais.com.br/goiania/tce-goias-divulga-edital-de-concurso-com-52-vagas-e-salarios-de-ate-r-12-mil/

Emenda jabuti flexibiliza teto de gastos em Goiás

A Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) aprovou nesta quarta-feira (21/2) uma emenda jabuti (em uma PEC de 2020 que tratava de promoção e progressão na carreira de servidores da segurança pública) que flexibiliza o teto de gastos de Poderes em **Goiás**.

Segundo reportagem do jornal O Popular , a emenda foi aprovada por 27 deputados estaduais e estabelece nova forma de apuração pelo **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) sobre o exercício fiscal de cada administração independente. Além de facilitar o cumprimento de regra imposta pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

A fiscalização do **TCE**-GO sobre o teto de gastos deixará de ocorrer individualmente sobre as contas de cada um dos entes. Passará, até o fim do primeiro bimestre de cada ano, a avaliar apenas o resultado global, com a soma de todos os órgãos. Segundo O Popular , a mudança beneficia, principalmente, o Tribunal de Justiça (TJGO), o Ministério Público (MPGO), a Defensoria Pública e a própria **Alego**.

Com a inclusão de todas as contas, principalmente as do Executivo, o resultado global passa a ser positivo. Os órgãos só passariam por fiscalização direta em caso de resultado geral negativo, pois a emenda estabelece apenas avaliação sobre "o cumprimento do limite global".

"É uma forma de corrigir a mudança que estourava o teto dos órgãos em comparação com 2022. É uma correção importante para todos os órgãos e nós vamos agora adequar dentro de 2024", disse o novo líder do governo na **Alego**, Talles Barreto (UB). "O órgão que estourar vai ter que ser auditado. Não estamos tirando qualquer tipo de auditoria que possa ter em um órgão que possa amanhã furar o teto", frisou.

Saiba mais: PEC derruba teto para gastos do Estado (e ganha emenda jabuti)

A Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) aprovou nesta quarta-feira (21/2) uma emenda jabuti (em uma PEC de 2020 que tratava de promoção e progressão na carreira de servidores da segurança pública) que flexibiliza o teto de gastos de Poderes em **Goiás**.

Segundo reportagem do jornal O Popular , a emenda foi aprovada por 27 deputados estaduais e estabelece nova forma de apuração pelo **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) sobre o exercício fiscal de cada administração independente. Além de facilitar o cumprimento de regra imposta pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

A fiscalização do **TCE**-GO sobre o teto de gastos deixará de ocorrer individualmente sobre as contas de cada um dos entes. Passará, até o fim do primeiro bimestre de cada ano, a avaliar apenas o resultado global, com a soma de todos os órgãos. Segundo O Popular , a mudança beneficia, principalmente, o Tribunal de Justiça (TJGO), o Ministério Público (MPGO), a Defensoria Pública e a própria **Alego**.

Com a inclusão de todas as contas, principalmente as do Executivo, o resultado global passa a ser positivo. Os órgãos só passariam por fiscalização direta em caso de resultado geral negativo, pois a emenda estabelece apenas avaliação sobre "o cumprimento do limite global".

"É uma forma de corrigir a mudança que estourava o teto dos órgãos em comparação com 2022. É uma correção importante para todos os órgãos e nós vamos agora adequar dentro de 2024", disse o novo líder do governo na **Alego**, Talles Barreto (UB). "O órgão que estourar vai ter que ser auditado. Não estamos tirando qualquer tipo de auditoria que possa ter em um órgão que possa amanhã furar o teto", frisou.

Saiba mais: PEC derruba teto para gastos do Estado (e ganha emenda jabuti)

Site: https://www.entrelinhasgoias.com.br/emenda-jabuti-flexibiliza-teto-de-gastos-em-goias/

TCE vai fiscalizar contratos da Goinfra e vacinação da SES

O **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) vai realizar duas inspeções junto à **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra). O objetivo é avaliar a qualidade e a quantidade dos serviços de manutenção da malha rodoviária estadual pavimentada e não pavimentada das rodovias goianas.

A fiscalização vai incluir também balsas, pistas e alambrados dos aeródromos.

O **TCE** já expediu determinações e recomendações à Goinfra determinando melhoria em seus procedimentos licitatórios, "a fim de prevenir superfaturamento e outras irregularidades na contratação de serviços de manutenção da malha rodoviária".

Trata-se da contratação de empresas especializadas em serviços de manutenção da malha rodoviária estadual pelo prazo de três anos, dividida em 20 lotes. O Tribunal informou sobre "impropriedades" no pregão, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção.

Foi determinado ainda à Goinfra que, na fase da execução contratual, promova a medição individualizadas dos serviços de limpeza de elementos de drenagem para evitar a ocorrência de possível superfaturamento. E garanta o adequado controle geométrico durante a execução contratual para medição de serviço de revestimento primário, de modo a promover o adequado pagamento do que foi executado.

O **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) designou uma equipe de fiscalização para realizar auditoria operacional para verificar se o governo de **Goiás**, por meio da Secretaria de Estado de Saúde (SES/GO), está cumprindo suas competências definidas pelo Plano Nacional de Imunizações (PNI).

A auditoria vai verificar os aspectos do controle de estoque vacinal, a eficiência na distribuição das vacinas e demais insumos relacionados para os municípios do estado. Além do repasse de verbas vinculadas ao programa e o impacto dos diferentes fatores na explicação da queda da cobertura vacinal.

Saiba mais: **TCE** determina novas fiscalizações no

Estado

O **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) vai realizar duas inspeções junto à **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra). O objetivo é avaliar a qualidade e a quantidade dos serviços de manutenção da malha rodoviária estadual pavimentada e não pavimentada das rodovias goianas.

A fiscalização vai incluir também balsas, pistas e alambrados dos aeródromos.

O **TCE** já expediu determinações e recomendações à Goinfra determinando melhoria em seus procedimentos licitatórios, "a fim de prevenir superfaturamento e outras irregularidades na contratação de serviços de manutenção da malha rodoviária".

Trata-se da contratação de empresas especializadas em serviços de manutenção da malha rodoviária estadual pelo prazo de três anos, dividida em 20 lotes. O Tribunal informou sobre "impropriedades" no pregão, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção.

Foi determinado ainda à Goinfra que, na fase da execução contratual, promova a medição individualizadas dos serviços de limpeza de elementos de drenagem para evitar a ocorrência de possível superfaturamento. E garanta o adequado controle geométrico durante a execução contratual para medição de serviço de revestimento primário, de modo a promover o adequado pagamento do que foi executado.

O **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) designou uma equipe de fiscalização para realizar auditoria operacional para verificar se o governo de **Goiás**, por meio da Secretaria de Estado de Saúde (SES/GO), está cumprindo suas competências definidas pelo Plano Nacional de Imunizações (PNI).

A auditoria vai verificar os aspectos do controle de estoque vacinal, a eficiência na distribuição das vacinas e demais insumos relacionados para os municípios do estado. Além do repasse de verbas vinculadas ao programa e o impacto dos diferentes fatores na explicação da queda da cobertura vacinal.

Saiba mais: **TCE** determina novas fiscalizações no Estado

Site: https://www.entrelinhasgoias.com.br/tce-vai-fiscalizar-contratos-da-goinfra-e-vacinacao-da-ses/

Proposta que prevê prestação de contas unificada dos poderes e órgãos é aprovada por deputados

Foi aprovada em segunda votação, na Assembleia Legislativa, a proposta de emenda à constituição estadual que prevê a prestação de contas unificada dos poderes e órgãos autônomos. O projeto, ainda, aumenta o prazo em dois meses para que o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) apure o cumprimento do teto e também prevê que a responsabilidade de cada poder ou órgão seja apurado apenas em descumprimento do limite global.

A proposta, elaborada durante reunião na semana passada com o governador Ronaldo Caiado, chefes dos poderes e a Secretaria de Economia, e apresentado pelo líder do governo, Talles Barreto, do União Brasil, na Assembleia, modifica regra em que o **Tribunal de Contas do Estado** deve apurar a adequação ao teto de gastos por poder ou órgão autônomo de forma individual.

A nova regra beneficia principalmente os poderes e órgãos, já que o Tribunal de Justiça de **Goiás**, Ministério Público de **Goiás**, Defensoria Pública e Assembleia Legislativa, descumpriram, em 2023, o teto de gastos. No entanto, se avaliado de forma global pelo **TCE**-GO, como é feito pela Secretaria do Tesouro Nacional, as contas do Estado não ultrapassam o teto.

Para Talles Barreto, a medida irá flexibilizar o cumprimento do limite de gastos.

Outra proposta com aval definitivo dos parlamentares é a proposta que autoriza a concessão de aporte aos beneficiários de programas habitacionais realizados em parceria com o governo federal, por meio de bancos, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, facilitando a aquisição das moradias no Estado.

O projeto pode aliviar o custo financeiro de famílias em vulnerabilidade social, ao mesmo tempo em que diminui o déficit habitacional.

Já em primeira votação, os deputados aprovaram a criação da Deacri, a Delegacia Estadual de Atendimento à Vítima de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância. Hoje, o Estado conta com o Geacri, o grupo especializado nestes assuntos, que já conta com estrutura física e pessoal. Desde a criação do grupo, em 2021, foram instaurados mais de 800 inquéritos.

Por Fernanda Santos

Ouça:

Site: https://www.cbngoiania.com.br/programas/cbn-goiania/cbn-goi%C3%A2nia-1.213644/proposta-que-prev%C3%AA-presta%C3%A7%C3%A3o-de-contas-unificada-dos-poderes-e-%C3%B3rg%C3%A3os-%C3%A9-aprovada-por-deputados-1.2775580

Goiânia sediará 1º Fórum de Compras Públicas

Evento será realizado em 2 de abril, no **TCE-GO**.

Site: https://www.tcmgo.tc.br/site/2024/02/forum-de-compras/